



# Biograph



---

## **Linhas de fuga na prisão: escrita, resistência e formação.**

*Rafael Caetano do Nascimento*

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação na UNESP – Rio Claro.*

e-mail: [racanascimento@gmail.com](mailto:racanascimento@gmail.com)

### **1. Abertura**

Por onde se tecem as linhas vivas que dão formas e sentidos às palavras no compor da escrita? O sujeito que escreve, talvez, vá pelos entre-meios: por entre os saberes e poderes que o desafiam. Nesse caminho se lança na escrita com o outro, pelo outro, também, enquanto outro. Escrita carregada de intensidades; por isso, aventureira. Olhar para as múltiplas possibilidades na relação do sujeito com a escrita é um dos temas do projeto *Aventura da Escrita: por entre práticas culturais, saberes, linguagens e cenários*, desenvolvido pelo grupo Escriarte do Departamento de Educação da UNESP-Rio Claro na linha de pesquisa Linguagem – Memória – Experiência – Formação e coordenado pela Profa. Dra. Maria Rosa R. M. de Camargo. Das leituras e discussões levantadas pelo desenvolvimento do projeto, atreladas à minha trajetória enquanto educador e estudante no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP – Rio Claro, surge este artigo.

Minha proposta para o presente texto é discutir questões referentes à escrita nas prisões. Para problematizar tais questões, utilizo de momentos de minha trajetória como professor de Ciências da Natureza em duas unidades prisionais localizadas na cidade de Rio Claro: o Centro de Ressocialização Masculino (CRM) e o Centro de Ressocialização Feminino (CRF). Narrar algumas partes de minha trajetória se mostra como um recurso profícuo por colocar em jogo componentes micro e macroestruturais; por me aproximar do processo de uma possível escrita autobiográfica, pois “Pode-se dizer que o texto é autobiográfico, desde que entendamos por ‘auto’, aqui, não a individualidade de uma

existência, a do autor, mas a singularidade do modo como atravessam seu corpo as forças de um determinado contexto histórico.” (ROLNIK, 2007). Por fim, por permitir pensar a relação escrita e formação nas prisões.

[...] o espaço autobiográfico, no qual se inserem os estudos autobiográficos, temporalizados, contextualizados, é convertido em sinal de perigo e de fronteira, em lugar de passagem e de possibilidade de transgressão entre público e privado, que por sua dimensão imaginária não é só região desconhecida, mas também de movimento, de ruptura. [...] São questões fundamentais para o que pode ser entendido como formação (CAMARGO, 2010, p.28).

Seguir por este caminho me aproxima, também, das perspectivas metodológicas da cartografia. Conceito desenvolvido por Deleuze e Guatarri, é uma metodologia a ser utilizada em pesquisas de campo voltadas para o estudo das subjetividades (KASTRUP, 2007). Como explica Oliveira & Paraíso (2012), é trabalho do cartógrafo procurar estar atento às potências de uma vida, por onde e como ela se faz, se desfaz e refaz nos espaços educacionais. De acordo com os autores, a cartografia é um trabalho sobre as linhas que (des)territorializam, que articulam sensações, pensamentos e comunidade. Esta pretende ser uma escrita sobre possíveis linhas que se (de)formam e escapam por entre as prisões.

## **2. Os alicerces retorcidos da prisão**

As prisões que adentrei não eram penitenciárias; era o modelo prisional conhecido como Centro de Ressocialização (CR). No histórico contexto de violação dos direitos humanos nas prisões brasileiras, o CR surge como possibilidade de humanização das penas e, assim, enfrentar os altos índices de reincidência criminal (FAUSTINO & PIRES, 2007). No ano 2000 esse modelo foi instituído no Estado de São Paulo. Os CRs são instituições penitenciárias de pequeno porte, destinados a presos que se encontram no regime fechado, semi-aberto e provisório. Sua estrutura física e condições materiais são inegavelmente melhores.

Trabalhar e, quem não terminou os estudos, estudar são deveres básicos a serem cumpridos para permanência na unidade. É de costume referir-se aos internos como

reeducandos, pois parte-se do pressuposto de que ali estão recebendo uma educação que lhes faltou durante o decorrer da vida para serem, em seguida, ressocializados. Mas neste trabalho não utilizarei o termo reeducando, e sim educando, pois educação não é um conjunto de conhecimentos prontos que se consome; ela é um processo que se dá ao longo de toda a vida (MAEYER, 2011, p.44).

Adentrei uma unidade prisional pela primeira vez quando fui ao CRM de Rio Claro divulgar e convidar os educandos a participar de um projeto de leitura que Felipe<sup>1</sup> e eu almejávamos desenvolver. Devido ao regimento interno, fomos autorizados a entrar no período noturno, momento em que ganha corpo no espaço a educação escolar.

Quando na unidade, me impressionei com suas boas condições, destoante da insalubridade dos presídios da televisão. Porém, outras características me causavam vertigem: o portão azul imenso e inteiramente fechado que dá acesso ao lado interno; as grades-enormes-azuis; barulhos metálicos e chaves grandes.

Com Felipe fui até a sala de aula onde faríamos a divulgação. Foi impossível não reparar nas camisetas brancas, nas calças amarelas e beges e nas cabeças raspadas. Eram iguais. Sentados olhavam para mim, mas eu não sabia de onde vinham aqueles olhares e nem para onde estavam olhando. Percebi que não fazia ideia do que era estar preso.

A cena marcou minha primeira entrada na prisão e me estranhou o fato de estarem tão iguais. Essa igualdade parecia anular suas singulares histórias de vida. Tal anulação sugeria algo como: aqui, antes de qualquer coisa, todos são criminosos. Estão condenados e carregam o estigma de serem os culpados dos males de nossa sociedade e, por isso, merecedores da punição.

Passei a frequentar o CRM como proponente de uma roda de leitura e pude conhecer o espaço prisional com as histórias dos sujeitos que ali vivem. Isso me permitiu a desconstrução de estereótipos e estabelecer para mim, com eles, outras formas de ver aquele espaço e as condições que levavam aquelas pessoas até lá.

---

<sup>1</sup>Amigo e companheiro nos caminhos da educação e da vida desde 2010, quando integrávamos o Projeto de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) da UNESP – Rio Claro. Juntos desenvolvemos, em 2012, o projeto de leitura LerTeatro.

Ali, na convivência quase diária com educandos/as, pode-se perceber a força marginalizadora de discursos que desqualificam a pobreza e elegem os padrões desejáveis para se existir no mundo. Essa percepção desconstrói marcas imputadas pela prisão e pela marginalidade. No encontro com o outro e suas singularidades se conhece a potência que cada ser humano pode carregar. Mas então por que construímos prisões?

Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (2002) aponta que quando as prisões modernas se ergueram no fim do século XVIII, uma série de pressupostos sobre punição e controle do indivíduo entrou em jogo, refletindo práticas de um novo poder em exercício: a burguesia. Isso mudou os mecanismos punitivos dessas instituições.

Baumam (1999) destaca que a intenção de reforma moral do sujeito nas prisões modernas tornaria o indivíduo capacitado a seguir as regras do convívio social normal e, assim, viver novamente em sociedade. É, portanto, com o discurso de punir para *reformatar* e *ressocializar* que as prisões se erguem. Entretanto, ao analisar algumas de suas condições, pode-se perceber a ineficiência dessa instituição em cumprir com aquilo que lhe é posto como função.

Primeiramente, a prisão parte de um fazer contraditório: o de isolar para ressocializar. Isolamento carente de recursos humanos e materiais.

As constatações são idênticas e permanentes em todos os países: as prisões estão superlotadas, carecem de recursos humanos e materiais, agravam situações humanas já fragilizadas, reúnem os mais pobres entre os pobres, assim como as minorias, e raramente atendem às funções que lhes foram confiadas; mais ainda, são raras as avaliações quantitativas, qualitativas, humanas e sociais. Atribuem-se às prisões numerosas missões, contraditórias, de curto prazo, de diferentes níveis e muitas vezes com meios ridículos. A menor das contradições não é aquela que quer ao mesmo tempo encarcerar para proteger e educar para a liberdade.” (MAEYER, 2011, p.45)

Como pensar, então, em educação quando a vida do indivíduo é controlada o tempo todo e este é destituído de sua autonomia (CAMPOS, 2015)?

Mesmo os CRs, com um discurso humanizador das penas, carrega traços das tradicionais prisões. Campos (2015), em seu estudo sobre esse modelo prisional, mostra que ele ainda não se configura como uma solução dos problemas penitenciários. Mesmo ao garantir melhor estrutura física aos aprisionados, o discurso ressocializador contém fragilidades devido a uma série de fatores, como, por exemplo: a ineficiência na promoção da cidadania e o despreparo para conseguir um emprego que não seja degradante ao sair da prisão.

Ao mesmo tempo em que as prisões não solucionam os problemas da violência e da criminalidade, não inventamos outra coisa para colocar em seu lugar (FOUCAULT, 2002, p.196). Por isso ainda se erguem grades para aliviar tensões de uma sociedade violenta que clama por segurança. Em nome dessa suposta segurança, muitas pessoas vivem dentro desses espaços – no Brasil a população carcerária é de 715.655, a terceira maior do mundo<sup>2</sup>. Mas o que leva a essa superpopulação carcerária?

### **3. Prisão para quem?**

Na semana seguinte após a divulgação do projeto de leitura, iniciava-se a roda de leitura. Na roda as pessoas contavam suas histórias de vida e quase todos ali haviam crescido na periferia das cidades, tinham frequentado pouco a escola e se envolveram com o uso e a venda de drogas. No ano seguinte, assumi aulas de Ciências da Natureza na unidade e percebi que essa era a trajetória da maioria ali presente, confirmando as estatísticas da população carcerária brasileira: pobres e com os estudos incompletos, como afirma Ireland (2011, p.29). Perfil próximo a esse também me era apresentado no CRF quando fui professor de Ciências na unidade.

Ao me aproximar de suas histórias, o discurso moral sobre o bem e o mal foi se desconstruindo e, a vida, em sua complexidade e diversidade de direções se apresentava. A complexidade é silenciada pelo medo espalhado na sociedade, o qual é condição para que a prisão faça sentido mesmo diante de sua ineficiência.

---

<sup>2</sup> Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Torna-se [a prisão] uma simples ferramenta de gestão técnica destituída de finalidade social; caso esta evolução se confirme, o ‘encarceramento indiferenciado’, longe de qualquer ideal de correção, de reintegração e menos ainda de educação, servirá de resposta política a um medo social por vezes cultivado.” (MAEYER, 2011, p.46)

Assim, a prisão funciona paliativamente ao retirar, por algum tempo do campo visual, a pobreza, a miséria, o indesejado, o outro. Esconde os problemas de uma estrutura social sem, no entanto, resolvê-los.

Aprisionar a miséria é o argumento desenvolvido por Wacquant (2011). Tal prática é uma política pública originada nos Estados Unidos na época do governo de Reagan (1981-1989), a qual elaborou um modelo de penalidade que segue o princípio neoliberal de responsabilizar totalmente o indivíduo por sua conduta e condição de vida, punindo qualquer ação que fuja do padrão moral hegemônico. Conseqüentemente, a população pobre e marginalizada lotou e lota as prisões norte americanas. A essa política foi dado o nome de tolerância zero.

Tal política foi se espalhando pelo mundo e não tardou a chegar ao Brasil. Em um país marcado por desigualdades sócio-econômicas e destituído de uma tradição democrática, esta política acarretou conseqüências como: aumento da violência e repressão por parte do Estado com as populações marginalizadas e aumento da discriminação baseada na cor. A política de aprisionamento da pobreza fez pipocar os presídios brasileiros e manteve os mecanismos de repressão e opressão sobre os marginalizados (WACQUANT, 2011).

Mas de dentro das prisões são produzidas as linhas de forças que permitem a vida em meio a um sistema disciplinador correm por entre as grades, por entre as ruas, por entre os pensamentos. A escrita pode ser uma dessas linhas.

#### **4. Vida, escrita, liberdade.**

Como professor de Ciências da Natureza no CRM, aprendo com eles sobre a vida nas prisões, sobre a solidão e o peso do tempo, sobre a saudade e sobre a necessidade da escrita.

Estar dentro da prisão é também compartilhar e circular pelos sentidos que ali estão e são, continuamente, dialeticamente, singularmente construídos e, talvez, desconstruídos.

Em minha trajetória pelos dois CRs de Rio Claro, logo percebi uma prática comum desses espaços: a escrita. Para quem está privado de sua liberdade, escrever cartas é praticamente o único meio de se comunicar com o exterior. Motivo este que faz a escrita atravessar diversos mundos da vida: o amor e a saudade da família; o perdão da sociedade; o esquecimento e a solidão fria das grades; a paixão correspondida; as leituras da bíblia e tantos outros.

É bastante comum no ambiente escolar a pergunta “é para copiar?”. Mas quando, sem perguntas, a escrita é disparada, há alguma outra coisa acontecendo. Em uma aula de ciências no CRF, enquanto passava um poema na lousa, todas as educandas abriram seus cadernos e disseram que iriam copiar para enviar ao irmão, ao namorado, à família, à amiga ou mesmo para ter no caderno. A cópia tinha um motivo diferente: escrevia-se para alguém. Alguém que pode ser, talvez seja, ela mesma.

A escrita de cartas é um fazer habitual de quem vive privado de sua liberdade. Escrever, nesse contexto, envolve narrar histórias. Narração que, como propõe Larrosa (1994), constitui o que se pode chamar de experiência de si.

A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. E esse ser próprio se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas.” (LARROSA, 1994, p.8)

Se há a experiência de si na escrita dentro das prisões, pode-se dizer que há uma aproximação do que Foucault (1992) chamou de escrita de si. Esta dá à passagem pela experiência um sentido possível. Escrever seria um modo de ver a si mesmo, de se narrar, de jogar com a própria existência em meio às regras, às leis e, no espaço prisional, com a normatividade exercida pela disciplina.

Nas prisões, onde o sujeito deve ser disciplinado e controlado para ser ressocializado, a educação disciplinar é uma força que irá produzi-lo. Quando se olha para a escrita como esse fazer que reativa a existência, que coloca em movimento as forças capazes de enfrentar o real (FOUCAULT,1992) me pergunto: o que move e o que pode a escrita na prisão?

Câmara (2011) nos dá algumas pistas. Desenvolveu um projeto cultural em penitenciária da Bahia, no qual trabalhou com os educandos a escrita de suas histórias de vida. A autora aponta esta prática como um movimento de resistência aos processos de sujeição que a violência do poder estabelece. Rosa (2008), ao se aprofundar sobre a escrita de cartas de uma pessoa privada da liberdade, aponta uma escrita de si que resgata na memória o melhor do vivido e encontra as forças para resistir no agora. Escrita que permite inventar e fixar as forças de uma existência.

A prisão pretende controlar a vida de quem ali vive. Diante dessa tentativa de controle, os prisioneiros resistem ao criarem fissuras e escapar, de algum modo, ao confinamento a que estão subjulgados. Essas invenções me sugerem uma aproximação com o que Foucault chamou de processos de subjetivação.

Foucault aponta a subjetivação como um eixo integrante da relação entre o poder, como vetores de força, e o saber, como dimensão da verdade e do conhecimento. [...] A maneira como um sujeito obedece ou resiste a regras, como respeita ou negligencia os valores e seus modos de sujeição às normas constituem margens de variação única. No universo prisional, as práticas de si variam a partir das nuances das leis e normas.” (FOUCAULT *apud* BOECHAT & KASTRUP, 2009, p.26)

Assim, pelo inventar dos modos de existência dentro das prisões, é possível encontrar as pegadas de uma caminhada que atravessa o poder disciplinar. E que, às vezes, dele escapa. Do que dele escapa, as sobras, talvez configurem-se processos de formação, outros, a serem investigados.

Um dos modos de escapar pode ser pela escrita. Foucault (1992) propõe à escrita de si uma função etopoiética, ou seja, de produção/invenção de si. Não é a escrita, como propõe Deleuze (1997) apenas uma forma de expressar o vivido.



Escrever não é certamente impor uma forma (de expressão) a uma matéria vivida. A literatura está antes do lado do informe, ou do inacabamento, como Gombrowicz o disse e fez. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido. A escrita é inseparável do devir [...]” (DELEUZE, 1997, p.11)

Escrever é abertura, passagem, travessia, extravazamento e, portanto, devir. Por ser extravazamento e travessia, permite a criação de um espaço-tempo outro por entre as regras e normas da prisão. Espaço-tempo outro que, talvez, permita uma fuga, um vislumbre da existência e da liberdade.

## 5. Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOECHAT, M. & KASTRUP, V. *A experiência com a literatura em uma instituição prisional*. Revista Psicologia em revista, Belo Horizonte, v.15, n.3, p.22-40, 2009.

CÂMARA, H. F. *Reinvenção da vida em escritas na prisão*. Revista *Em aberto*, Brasília, v. 24, n. 86, p.105-126, 2011.

CAMARGO, M.R.R.M. *Sobre leitura e escritos autobiográficos: apontamentos teóricos*. In: \_\_\_\_\_ (org.); SANTOS, V. C. C. dos (colab.). Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 13-29, 2010.

CAMPOS, A. *Educação, escola e prisão: O “espaço de voz” de educandos do centro de ressocialização de Rio Claro/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos – UFScar, São Paulo, 275f., 2015.

DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed.34, 1997.

FAUSTINO, E. R.; PIRES, S. A. *Os centros de ressocialização e o processo de trabalho do assistente social*. Revista Emancipação, v.7, Ed. UEPG, p. 47-61, 2007.

- FOUCAULT, M. *A escrita de si*. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens, p. 129-160, 1992.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 25ª Ed. Petrópolis: Vozes, 288p, 2002.
- IRELAND, T.; *Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios*. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Educação em Prisões*. Revista *Em aberto*, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-35, nov. 2011.
- KASTRUP, V. *O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*. In: *Psicologia e Sociedade*, n. 19, 2007.
- LARROSA, J. *Tecnologias do eu e educação*. In: SILVA, T. T. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, p. 35-86, 1994.
- MAEYER, M. de. *Ter tempo não basta para que alguém se decida aprender*. In: IRELAND, T. D. (org.) *Educação em Prisões*. Revista *Em aberto*, Brasília, v.24, n.86, p.43-55, 2011.
- OLIVEIRA, T. R. M. de; PARAÍSO, M. A. *Mapas, danças, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação*. Revista *Pro-posições*, v.23, n.3, p.159-178, 2012.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Ed. UFRGS, 2ª ed., 2007.
- ROSA, S. O. da. *A escrita de si na situação de tortura e isolamento: as cartas de Manoel Raimundo Soares*. Revista *História, imagem e narrativa*, n°7, ano 3, 17 p., 2008.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2011.